

OS IMPASSES DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: um olhar para uma escola da rede estadual em São Raimundo Nonato – Piauí

Anderson da Silva Pereira¹
Deyb Suelem Nascimento da Silva²
Maionara Lorena da Silva³
Vanessa Nascimento dos Santos⁴
Givanildo da Silva⁵

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo compreender como acontece o processo organizativo da escola pública e mostrar os seus impasses em uma escola da rede estadual, localizada no município de São Raimundo Nonato, no estado Piauí. A metodologia desenvolvida esteve pautada na abordagem qualitativa. O método realizado na pesquisa foi o estudo de caso. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com a diretora, a coordenadora pedagógica e uma professora da escola. Como resultados foi possível observar que a rotatividade de professores é um dos maiores impasses vivenciados na escola analisada, uma vez que prejudica o rendimento dos estudantes e todo o processo de ensino e de aprendizagem. Outro fator que ficou em evidência na voz dos participantes foi a falta de livros didáticos, sendo insuficiente para todos os estudantes da instituição.

Palavras-chave: Educação, Escola Pública, Impasses.

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo compreender como ocorre o processo organizativo da escola pública e mostrar os seus impasses em uma escola da rede estadual, localizada no município de São Raimundo Nonato, no estado Piauí. O ponto de partida foi a realização de estudos sobre a educação brasileira com ênfase na política educacional e nos mecanismos intrínsecos à educação que interferem no cotidiano da escola, entre eles: o currículo, a avaliação e a organização escolar.

No âmbito da educação é possível perceber que na atualidade as práticas educacionais necessitam de novas configurações para que possam dar sentido aos estudantes e apresentem uma relevância social no cenário das atividades realizadas. De um modo geral, as questões educacionais são complexas e necessitam do envolvimento da comunidade local e escolar para a resolução de conflitos e dos embates que se concretizam no “chão” da escola pública.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Anderson.silva30@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, deybe.suellen@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, maionara11@gmail.com;

⁴ Professora do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, vanessa.nsantos@univasf.edu.br;

⁵ Professor do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, givanildopedufal@gmail.com.

Os tempos mudaram e as reivindicações educacionais também, no entanto, as demandas para a escola pública continuam com as mesmas características. Na visão de Dourado e Oliveira (2009, p. 204):

Ao considerar o caso brasileiro, em que a oferta de escolarização se efetiva por meio dos entes federados (União, estado e municípios), com base na estruturação de sistemas educativos próprios, pode-se afirmar que tal processo vem se efetivando, historicamente, por intermédio do binômio descentralização e desconcentração das ações educativas. Esta constatação revela o quadro complexo, relativo ao estabelecimento de parâmetros de qualidade em um cenário desigual e combinado que caracteriza a educação brasileira.

A complexidade da educação brasileira se intensifica quando a área não é prioridade nas agendas políticas, ameaçando os investimentos, que são escassos e limitados, e concretizando ações que não contribuem para a melhoria dos processos educativos, como a atuação dos empresários na elaboração das políticas educacionais, a valorização dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e a presença de entidades privadas no âmbito da escola pública.

A escola de agora não é e nem deve ser a mesma de anos atrás, todavia apesar disso é preciso enfrentar também alguns desafios. Entre eles destacam-se as velhas práticas decorrentes da falta de formação continuada, as ferramentas ultrapassadas e as metodologias antiquadas, pois estas não são suficientes para suprir as necessidades do atual cenário educacional brasileiro. No entanto, a defesa por uma educação plural e inclusiva deve estar presente nas lutas e bandeiras dos que defendem esse campo político.

Sobre esse aspecto, Freire (1979, p. 14) apresenta:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.

A educação é tida, nessa perspectiva, como uma ação intrínseca à existência humana, consolidando, assim, a defesa da educação como um bem público e um direito de todos. No que se refere à educação escolarizada na atualidade, as informações se tornaram mais momentâneas e acessíveis, junto com estas os estudantes estão cada vez mais autônomos e conectados, o que mostra que as novas tecnologias e mídias sociais estão revolucionando cada vez mais a forma de ensinar e aprender. Nessa lógica, ter uma escola com um perfil que caminhe com os avanços culturais torna-se um desafio, especialmente pela falta de investimentos financeiros na área, falta de formação continuada dos professores e priorização

da educação como setor de desenvolvimento social.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida esteve pautada na abordagem qualitativa. Na perspectiva de Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

O método realizado na pesquisa foi o estudo de caso em uma escola da rede estadual do Piauí, localizada no município de São Raimundo Nonato. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com a diretora, a coordenadora pedagógica e uma professora da escola. As entrevistas foram realizadas individualmente de acordo com a disponibilidade das participantes para a sua realização.

A educação contemporânea

A educação brasileira é regulamentada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e pelo atual Plano Nacional de Educação, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Esses regulamentos mandatórios foram elaborados e institucionalizados como mecanismos para contribuir com a organização da educação brasileira. Nesse contexto, a CF de 1988 apresenta em seu artigo 206 que a educação deverá ter os seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação escolar da rede pública com planos de carreira garantidos e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; gestão democrática do ensino público, na forma da lei; garantia de padrão de qualidade; piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

O atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) apresenta 20 (vinte) metas para a educação brasileira em seu conjunto organizacional para o andamento de melhorias da educação pública do país. Nesse aspecto, merece atenção a meta 20 que versa sobre o financiamento da educação, uma vez que sem investimentos financeiros para a área torna-se

inviável alcançar as estratégias apresentadas no epicentro das políticas educacionais, ou seja, o Plano Nacional. É válido destacar que as políticas governamentais atuais estão indo de encontro com as perspectivas do planejamento coletivo, deixando os anseios dos defensores da educação a deriva.

Na visão de Azevedo (2010, p. 31-32):

Mas, num processo que é dinâmico, as políticas públicas constituem respostas a certos problemas, quase sempre demandados por grupos sociais que se organizam para lutar por soluções. O que não significa que as decisões, em uma determinada etapa, não serão modificadas e redesenhadas em etapas posteriores, podendo mesmo resultar, no curso da sua implementação, em resultados diferentes dos pretendidos. Em outras palavras, mesmo que uma política pública seja norteada por referenciais que privilegiem a garantia de direitos sociais, os processos de sua implementação, em virtude dos distintos e contraditórios interesses em jogo, podem seguir rumos que acabem por reforçar desigualdades socioculturais, indo na contramão da busca dos direitos sociais.

Nesse contexto, pode-se apresentar que a política educacional e os seus processos organizativos são dinâmicos e flexíveis, tendo como objetivo a efetivação das políticas sociais para a população. A educação, como uma política social, é resultado dos embates e das correlações de forças que são instauradas na arena política. Para Martins (1994, p. 9-10):

A política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita. Ao contrário da educação, que ajuda a pensar tipos de homens e mulheres, a política educacional ajuda a fazer esses tipos, definindo a forma e o conteúdo do saber que vai ser passado de pessoa a pessoa para constituir e legitimar seu mundo, e visando, com isso, assegurar a sobrevivência dos tipos de sociedade.

Pode-se perceber que a concepção de sociedade e o projeto social que se quer instaurar têm como dimensão basilar a educação, portanto, cabe refletir que se o governo quer uma sociedade forte, plural e dinâmica, a educação transformadora e democrática é o caminho para se efetivar, caso contrário, as ações estarão postas no conservadorismo, na homogeneidade e na retaliação. Martins (1994, p. 10), explicita que:

A política educacional é carregada de intenções, e são justamente as intenções o que há de comum em todos os tipos de política educacional. Aprendendo a ler as intenções de uma política educacional, você se torna capaz de perceber o tipo de gente que a sociedade está querendo, qual o projeto de ser humano que nela predomina.

Dessa forma, é preciso que os profissionais da educação e a sociedade estejam atentos aos objetivos políticos a aos processos de organização da política educacional, pois esse caminho mostra os objetivos e os pressupostos que os representantes querem trilhar. O

problema da educação, na verdade, é um projeto que deixa claro que esse campo não é prioridade, portanto, não existe porque desenvolver ações para a sua melhoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola onde foi realizada a pesquisa pertence a rede estadual de educação e fica localizada no município de São Raimundo Nonato. Atualmente funciona com 2 (dois) primeiros anos, 1 (um) segundo ano e 1 (um) nono ano no período da manhã, juntamente a 2 (dois) primeiros anos, 2 (dois) segundos anos e 2 (dois) terceiros anos durante a tarde. Há aproximadamente 320 (trezentos e vinte) estudantes nos dois turnos e 21 (vinte e um) professores na escola. A gestão é formada por 1 (um) diretor, 1 (um) diretor administrativo e 1 (um) coordenador pedagógico.

O sistema educacional brasileiro vivencia diversas problemáticas, as quais foram destacadas pelos participantes da pesquisa como empecilhos para a concretização da organização da escola e do processo de desenvolvimento dos estudantes, uma vez que as problemáticas existentes prejudicam o processo de ensino e de aprendizagem. De acordo com a gestora da instituição, na realidade da escola há sérios problemas na rotatividade de professores, "entra professor, sai professor, entra professor, sai professor, os alunos passam por quatro professores diferentes em uma mesma disciplina. O professor entra, acontece algo, sai e nesse intervalo os alunos passam um mês sem professor".

A questão apresentada pela gestora é uma problemática que merece atenção e destaque no âmbito da organização da educação pública, uma vez que a falta de professores, assim como a rotatividade desses profissionais desconfiguram o andamento das atividades a serem realizadas e comprometem a aprendizagem dos estudantes. Cabe levantar a discussão sobre o papel do Estado na oferta da educação pública em uma perspectiva que atenda a todos, no entanto para isso é necessário que o direito à educação seja garantido efetivamente.

Na visão de Cury (2008), pensar sobre a oferta da educação pública é refletir sobre as condições em que esse direito está sendo efetivado, mediante as condições estruturais, materiais e humanas. Assim, nos moldes em que a realidade da escola está sendo vivenciada, o direito à educação não está sendo cumprido, desrespeitando os preceitos constitucionais que regulamentam a educação brasileira, em especial a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o atual Plano Nacional de Educação.

Acerca da organização financeira da escola a gestora destacou que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é o recurso que possibilita efetivar algumas questões para a melhoria da escola:

Agora o programa vem em dois repasses, um no primeiro semestre e o outro no segundo semestre. O repasse é dividido em custeio e capital, o capital serve para comprar bens materiais e o custeio para comprar material, geralmente, pedagógico ou pagar as contas de recarga. Quando se recebe esse dinheiro fazemos uma ata, reunimos o conselho para validar a ata, bem como decidir como irá ser gasto o repasse, por exemplo, este ano compramos a peça da impressora que era excessivamente cara. A peça da impressora, custou mil reais, inclui-se em custeio, comprou-se uma impressora colorida, requerida pelos professores, por 300 (trezentos) reais a partir do capital e pagamos outros débitos da escola por que a manutenção que chega mensalmente para a escola está atrasada. (GESTORA DA INSTITUIÇÃO).

Sobre o Programa Nacional do Livro Didático, a gestora destacou:

Durante a época da escolha, os professores se reúnem por área e escolhem. Antes, cada escola escolhia o livro e enviava as solicitações para a regional, por sua vez, essa analisava as escolhas da maioria e encaminhava as demandas para Teresina, dessa forma o livro escolhido não era o enviado a escola, mas em compensação era um livro comum para todas as escolas. Atualmente, a escola delibera um livro e exatamente esse chega a escola, mas, por exemplo, ou o livro nunca é recebido ou muitas vezes sobra livro, como é o caso dos livros de sociologia e filosofia que estão sobrando, porém os de biologia estão faltando. Assim, como o nosso livro não é o mesmo de outras escolas, já que agora cada escola escolhe os livros, não podemos mais trocar-los e eles sobram. Existe o lado bom e o lado ruim desta nova forma (GESTORA DA INSTITUIÇÃO).

Acerca da merenda escolar, a gestora destacou:

A merenda escolar é financiada com o dinheiro do PNAE. A merenda escolar está mais regularizada, o governo atrasa mas repassa, e é feita a merenda escolar nos turnos da manhã e da tarde todos os dias, o cardápio é determinado pela nutricionista quando é possível, pois são 0,40 centavos por aluno, seguimos o cardápio de acordo com a realidade.

As questões sinalizadas são elementos que prejudicam o processo organizacional da escola pública, causando impasses na possibilidade de concretização de um espaço em que o processo de ensino e de aprendizagem esteja no centro das práticas educacionais. De um modo geral, as ações que caracterizam a educação pública de boa qualidade estão na contra mão dos aspectos destacados no local da pesquisa.

A efetivação dos programas do governo federal é realizada por meio do regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios, no entanto, no âmbito dos dispositivos legais esses programas devem se configurar como dispositivos que contribuem para a oferta da educação pública de boa qualidade em uma perspectiva inclusiva e democrática. Na visão de Silva e Magalhães (2018, p. 15):

A educação é um direito constitucional, portanto, a sua oferta é responsabilidade do Estado, o qual deve atender a todas as suas

necessidades. A democratização da educação pública é um desafio, especialmente quando se trata de regiões mais vulneráveis economicamente, sendo necessário que os entes da federação possam assumir, por meio do regime de colaboração, a oferta e a permanência dos estudantes na educação básica.

Nesse sentido, o Estado é responsável pelos estudantes e pela oferta da educação que contribua com a sua formação integral por meio de políticas educacionais que priorizem a educação básica, a infraestrutura das escolas, a formação dos professores, a qualidade do ensino e da aprendizagem. Sem a existência desses fatores a educação pública corre sérios riscos e não contribui para a formação integral dos estudantes. A partir das vozes das participantes pode ser evidenciado que a busca pela organização da escola é uma questão cotidiana na prática dos profissionais da educação, destacando-se os gestores. Entre os impasses apresentados estiveram presentes: a rotatividade dos professores, especialmente os que não são efetivos, a desvalorização salarial dos docentes, a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos e a falta de estímulo dos estudantes no processo de aprendizagem.

Sobre a organização da escola a professora destacou que “não há superlotação em nenhuma das turmas, o que contribui muito com o trabalho do professor. É um caso onde há muito desgaste do professor e afeta negativamente o desenvolvimento da aula e o aprendizado dos alunos”. Esse aspecto pode ser considerado como uma dimensão importante no processo de condução das práticas educativas, uma vez que com um menor número de estudantes os professores podem desenvolver diferentes atividades em sala de aula e dinamizar o processo educacional.

A professora destacou que:

Os maiores problemas que poderia citar são: a desvalorização do professor, pois a maioria trabalha em diversos empregos para se manter, o que prejudica o seu desempenho em sala de aula; a falta de compromisso e de acompanhamento por parte dos pais; a desmotivação e a falta de interesse de muitos alunos pelo estudo (PROFESSORA DA INSTITUIÇÃO).

Dando continuidade ao diálogo sobre os processos identitários do professor, a participante mencionou:

As vantagens são diversas, variando de professor para professor, acredito que a oportunidade de poder orientar ou ensinar algo é muito gratificante, principalmente, quando vemos que fez a diferença na vida de pelo menos uma pessoa. Não posso esquecer também o fato de que é ensinando que se aprende. Enfim, são muitas vantagens embora sejam pouco comentadas. Ser professor na atualidade é enfrentar desafios, saber que existem muitos fatores desmotivantes durante a carreira. No entanto, é saber que você pode ser a ponte de alguém para alcançar o sucesso na vida (PROFESSORA DA INSTITUIÇÃO).

O depoimento da participante foi relevante para a compreensão dos principais embates que são vivenciadas no âmbito da profissão docente em meio à complexidade escolar e as configurações políticas, sociais, culturais e educacionais. De um modo geral, a profissão docente enfrenta inúmeros desafios que estão interligados com o processo organizativo da escola e das condições políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito social adquirido nos dispositivos legais – CF/1988; LDB/1996 –, na qual atende a população que a necessita e a procura. O problema, portanto, são as condições de oferta desse direito, uma vez que a desigualdade regional aponta para diferentes tipos de educação e de acesso-permanência-sucesso.

A CF/1988 e a LDB/1996 salientam que o direito da educação é universal para crianças, jovens e adultos, configurando-se em dever do Estado. Os dispositivos legais estruturam a organicidade da educação e a responsabilidade dos diferentes entes da federação. No âmbito do planejamento, o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) prevê alternativas na política educacional para consolidar uma educação pública de boa qualidade.

Por meio da pesquisa realizada na escola estadual em São Raimundo Nonato, foi possível observar que a rotatividade de professores é um dos maiores impasses vivenciados na escola, uma vez que prejudica o rendimento dos estudantes e todo o processo de ensino e de aprendizagem. Outro fator que ficou em evidência na voz dos participantes foi a falta de livros didáticos, devido a redução na entrega, sendo insuficiente para todos os estudantes da instituição. A educação necessita de investimentos e políticas educacionais que contribuam para a manutenção e a sua oferta, com a finalidade de atender a todos em uma perspectiva democrática e inclusiva.

Por fim, a educação é um direito e uma conquista social, cabe ao Estado a sua oferta democrática, laica, igualitária, inclusiva para que se possa construir uma sociedade referenciada socialmente, concretizando os ideais previstos na Constituição Federal de 1988. Mesmo em meio aos desafios cotidianos, é necessário lutar e resistir aos ditames governamentais, a fim de alcançar melhorias na oferta da educação. Eis, portanto, o desafio!

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. Reflexões sobre políticas públicas e o PNE. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 27-35, jan./jun. 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (1996)**. Biblioteca Digital da câmara dos deputados. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**: Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Revista Cadernos de Pesquisa**. v. 38, n. 134, p. 291-303, maio/ago. 2008.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

MARTINS, C. **O que é Política Educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SILVA, G.; MAGALHÃES, J. P. O conselho escolar na realidade de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso em uma escola da rede estadual. **Jornal de Políticas Educacionais**. Paraná, v. 12, n. 21, p. 1-22, novembro de 2018.